

ESTADO DE MATO GROSSO Câmara Municipal de Várzea Grande

L	E	I	nº	1.488/94.

"Altera dispositivos da Lei nº 1.178/91, e alterações posteriores".

NEREU BOTELHO DE CAMPOS, PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artº lº - Os artigos abaixo enumerados, da Lei nº 1.178/91, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - O artigo 66

Artº 66 - O imposto será apurado nos dias 15 e último de cada mês, devendo ser transformado em Unidade Fiscal de Referência Diária - UFIR DIÁRIA, pelo valor desta no dia do encerramento do período e será recolhido nos prazos fixados em ato do Poder Executivo.

 \S 1º - O imposto apurado na forma prevista no "caput". será convertido em moeda corrente pelo valor da UFIR DIÁRIA, na data do efetivo pagamento.

§ 2º - Na hipótese em que o vencimento ocorra em dia em que não haja expediente normal nos órgãos integrantes da rede arrecadadora, será este prorrogado para o primeiro dia útil subse quente".

II - O artigo 89.

"Artº 89 - Os contribuintes sujeitos ao imposto com base na receita quinzenal, manterão sistemas de registros de valores dos serviços prestados, que será apurado e recolhido na forma e nos prazos previstos em regulamento".

Artº 2º - O artigo 368 da Lei nº 1.178/91, com a reda - ção dada pela Lei nº 1.384/93, passa a vigorar com a seguinte reda-ção:



ESTADO DE MATO GROSSO Câmara Municipal de Várzea Grande

"Artº 368 - Salvo disposições em contrário, o valor do débito fiscal, inclusive parcelamento, para efeito de atualização monetária, será convertido em Unidade Fiscal de Referência Diária -UFIR DIÁRIA, no dia da apuração ou da ocorrência do evento previsto na legislação como determinante do pagamento do imposto, fazendo-se a reconversão em moeda corrente pelo valor dessa unidade na data do efetivo pagamento.

- § 1º A correção se processará mediante a divisão do valor do débito pelo valor da UFIR DIÁRIA:
- I Na data da apuração dos impostos previstos nos artigos 56 e 70;
- II No ato do recolhimento dos impostos, quando efetua do espontaneamente;
- III No Auto de Infração e Imposição de Multas, pelo proprio autuante, quando da lavratura;
- IV No momento do recolhimento das importâncias exigidas em processos fiscais;
- V No ato do despacho concessivo do pedido de parcela mento;
- § 2º Na hipótese do inciso V, do parágrafo anterior, a correção monetária incidirá sobre as parcelas vincendas, quando não expressas em UFIR DIÁRIA.
- § 3º Tratando de operação ou prestação de serviço ou levantamento de diferença do imposto de exercícios anteriores, sem a possível caracterização do período em que deveriam ser pagas, aplicar-se-á a correção do último mês do respectivo exercício, proce-dendo-se na forma prevista no "caput".
- § 4º A correção monetária dos débitos fiscais decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 1.994, será calculada na forma prevista no parágrafo seguinte, atendidas nos §§ 1º, 2º e 6º.
- § 5º Na hipótese do parágrafo anterior, a correção monetária será determinada com base nos coeficientes de atualiza ção em vigor no mês em que ocorreu o pagamento do débito fiscal, considerando-se termo inicial o mês em que houver expirado o prazo normal para recolhimento do tributo.
- § 6º Os acréscimos incidentes sobre o débito fiscal, inclusive multa e juros, serão calculados sobre o respectivo valor



ESTADO DE MATO GROSSO Câmara Municipal de Várzea Grande

atualizado monetariamente.

§ 7º - Havendo pagamento do débito fiscal exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multas, no prazo nele fixado, o termo final da incidência dos juros e da correção monetária será a data da lavratura do Auto.

§ 8º - A parcela mensal a ser recolhida por estabelecimento enquadrado no regime de estimativa será fixada em Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande - UPFVG e convertido em moeda corrente pelo valor dessa unidade no mês do efetivo pagamento.

 \S 9º - Os débitos fiscais relativos ao regime de estimativa serão corrigidos na forma prevista no \S 5º, deste artigo.

Artº 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua pu - blicação, revogadas as disposições em contrário.

	Praç	a dos	Três	Poderes,	"Paço	Couto	Magalhães"	em	Vá <u>r</u>
zea	Grande-Mt			de 1994.					

MEREU BOTELHO DE CAMPO

PREFEITO MUNICIPAL